



PODER JUDICIÁRIO FEDERAL
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 9ª REGIÃO

SECRETARIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS

Informação SLC nº 21/2025

Curitiba, 9 de dezembro de 2025.

Assunto: Análise dos Recurso Administrativo interpostos no Pregão Eletrônico nº 90022/2025 (Processo PROAD n.º 2199-2025 – Aquisição de Switches).

Cuida-se, nesta oportunidade, da análise e manifestação desta Secretaria de Licitações e Contratos sobre o Recurso Administrativo apresentado pela licitante **AIDC TECNOLOGIA LTDA.**, contra a habilitação da empresa **COMPWIRE INFORMÁTICA LTDA.** no Pregão 90022/2025 (Processo PROAD 2199-2025), cujo objeto é o registro de preços para aquisição de switches de acesso, considerando serviços de garantia do fabricante e de switches topo de rack, considerando serviços de instalação, configuração e garantia do fabricante.

Primeiramente, insta esclarecer que o recurso interposto é tempestivo. Registre-se, outrossim, que o recurso foi precedido da necessária manifestação da intenção de recorrer (art. 165, parágrafo 1º, da Lei 14.133/2021).

Em suas razões, a empresa alega, em suma, que a licitante reconhecida como vencedora não atendeu aos requisitos técnicos contidos no Anexo II do Edital (Especificações Técnicas), uma vez que teria deixado de atender integralmente às exigências contidas nos itens 17.11.25, 17.13.1.6 a 17.13.1.8, e 17.13.8.1, do Termo de Referência.

Em contrarrazões, a recorrida rebateu as alegações, afirmando que os produtos ofertados atenderam os requisitos exigidos no edital e em seus anexos.

Os documentos com as razões recursais e as contrarrazões estão em anexo.



PODER JUDICIÁRIO FEDERAL
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 9ª REGIÃO

Passo à análise.

A equipe da Secretaria de Tecnologia da Informação, responsável pela contratação, analisou os aspectos atacados pelo recurso, bem como as contrarrazões da empresa vencedora. Segue a manifestação da STI, ponto a ponto:

Assunto: *Análise de Recurso Administrativo – Item 17.11.25 do Termo de Referência*

Processo: *PE nº 90022/2025*

Recorrente: *AIDC Tecnologia Ltda.*

Recorrida: *COMPWIRE Informática Ltda.*

Objeto: *Registro de Preços para eventual aquisição de switches LAN (acesso e topo de rack), módulos ópticos, plataforma de gerenciamento e solução de controle de acesso à rede (NAC), incluindo licenças, serviços de instalação, ativação, treinamento e suporte técnico especializado, bem como prestação de garantia técnica on-site pelo período de 60 (sessenta) meses para os switches de acesso, a plataforma de gerenciamento e o NAC, e de 36 (trinta e seis) meses para os switches topo de rack.*

Trata-se de recurso interposto pela empresa AIDC Tecnologia Ltda., por meio do qual sustenta que a solução Huawei iMaster NCE-Campus/CampusInsight, ofertada pela empresa COMPWIRE, não atenderia ao item 17.11.25 do Termo de Referência, relativo ao monitoramento da experiência do usuário (QoE). Alega a recorrente que a solução não suportaria sondas independentes, que sua arquitetura se limitaria à telemetria própria dos equipamentos Huawei, que não haveria suporte a medições ativas ou instalação de agentes em terminais e que, por fim, a coleta de dados estaria restrita a locais onde existam equipamentos da marca, o que configuraria incompatibilidade com a exigência editalícia. Diante dessas alegações, pleiteia a desclassificação da COMPWIRE.

Inicialmente, impende esclarecer que o item 17.11.25 do Termo de Referência estabelece que “o monitoramento da experiência do usuário poderá ser realizado através de hardware ou software instalados em pontos da rede de acordo com o interesse da CONTRATANTE, permitindo no mínimo a coleta de dados a partir de dois pontos que devem operar simultaneamente”. Trata-se claramente de uma exigência funcional, voltada ao resultado desejado — isto é, a capacidade de monitorar a experiência do usuário — e não a uma imposição de arquitetura específica ou de metodologia obrigatória. O dispositivo não determina, de forma explícita ou implícita, que tal monitoramento deva ocorrer por meio de sondas independentes, agentes externos, medições ativas, geração de tráfego sintético ou instrumentação de estações de trabalho. Tampouco exige compatibilidade com probes de terceiros ou instalação de dispositivos adicionais fora da solução ofertada.



PODER JUDICIÁRIO FEDERAL
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 9ª REGIÃO

Ao interpretar o item 17.11.25, observa-se que o termo “hardware ou software instalados em pontos da rede” possui significado amplo e abrange qualquer mecanismo previsto pela solução capaz de ser implantado em ambiente definido pela Administração para fins de aferição da experiência do usuário. O edital não estabelece que esses elementos devam ser necessariamente externos ao sistema de gerenciamento, independentes do fabricante ou baseados em mecanismos de teste ativo. A interpretação apresentada pela empresa recorrente, ao exigir características técnicas específicas não contempladas pelo Termo de Referência, promove verdadeira ampliação indevida do escopo editalício, o que contraria o princípio da vinculação ao instrumento convocatório.

A argumentação recursal busca transformar uma exigência de resultado — monitorar a experiência do usuário — em uma exigência de meio, impondo que tal medição somente seria válida se realizada por sondas ativas ou agentes externos instalados em equipamentos de usuário, servidores remotos ou pontos independentes da arquitetura da solução. Não é isso que consta do edital. Ademais, a recorrente extrapola o âmbito da contratação ao sugerir que o TRT poderia desejar medir a experiência em locais sem equipamentos Huawei, inclusive em redes WAN, acessos externos ou segmentos não contemplados no projeto. Essa hipótese não possui respaldo no Termo de Referência, que trata exclusivamente do monitoramento no contexto da solução de rede adquirida, razão pela qual não pode ser utilizada como fundamento para desclassificação.

Por sua vez, a COMPWIRE demonstrou adequadamente, com base em documentação oficial da Huawei, que a solução ofertada permite a instalação de software de gerenciamento e análise (iMaster NCE-Campus/CampusInsight) em ambiente definido pela Administração, atendendo à literalidade do requisito. Demonstrou também que a plataforma realiza medições de experiência do usuário a partir de telemetria, análise da jornada do cliente, correlação de métricas de rede e detecção de degradação perceptível ao usuário final, características que cumprem plenamente a finalidade prevista no item 17.11.25. A solução permite, ainda, a coleta simultânea de dados de diferentes pontos da rede, atendendo ao requisito de múltiplas origens de informação. A alegação de que apenas medições ativas seriam válidas carece de respaldo técnico, uma vez que o edital não estabelece distinção entre medições ativas ou passivas nem define metodologia obrigatória para tal aferição.

Assim, verifica-se que as exigências adicionais apresentadas pela recorrente — sondas externas, agentes independentes, medições ativas, geração de tráfego sintético, instrumentação de estações de trabalho, compatibilidade com equipamentos alheios à solução contratada ou medições em locais fora da rede prevista — não encontram qualquer respaldo no Termo de Referência, configurando interpretação ampliativa e restritiva sem fundamento técnico. A solução ofertada pela COMPWIRE atende integralmente ao requisito editalício, pois permite a instalação de software apto a realizar o monitoramento da experiência do usuário em pontos da rede definidos pela Administração e realiza a coleta simultânea de informações, conforme previsto no item 17.11.25.



PODER JUDICIÁRIO FEDERAL
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 9ª REGIÃO

*Diante do exposto, não se identifica qualquer motivo técnico que justifique a desclassificação da empresa COMPWIRE, razão pela qual este parecer opina pelo **indeferimento do recurso**, mantendo-se a conformidade técnica da solução proposta e a decisão de habilitação e classificação anteriormente proferida.*

Assunto: *Análise de Recurso Administrativo – Itens 17.13.1.6 a 17.13.1.8 do Termo de Referência*

Processo: *PE nº 90022/2025*

Recorrente: *AIDC Tecnologia Ltda.*

Recorrida: *COMPWIRE Informática Ltda.*

Objeto: *Registro de Preços para eventual aquisição de switches LAN (acesso e topo de rack), módulos ópticos, plataforma de gerenciamento e solução de controle de acesso à rede (NAC), incluindo licenças, serviços de instalação, ativação, treinamento e suporte técnico especializado, bem como prestação de garantia técnica on-site pelo período de 60 (sessenta) meses para os switches de acesso, a plataforma de gerenciamento e o NAC, e de 36 (trinta e seis) meses para os switches topo de rack.*

Em análise ao recurso administrativo apresentado pela empresa AIDC Tecnologia Ltda., que sustenta o suposto descumprimento dos itens 17.13.1.6 a 17.13.1.8 do Termo de Referência relacionados à alta disponibilidade (HA) da solução NAC, cumpre esclarecer que a solução ofertada pela COMPWIRE atende integralmente às exigências editalícias, conforme demonstra a documentação técnica e a arquitetura apresentada.

A recorrente fundamenta sua alegação na premissa de que a solução Huawei iMaster NCE-Campus teria sido ofertada em um modelo denominado pelo fabricante como single-node, complementado por um standby node e um arbitration server, o que, segundo sua interpretação, caracterizaria apenas um ambiente ativo/passivo incapaz de assegurar continuidade ininterrupta dos serviços em caso de falha. A empresa alega que haveria tempo de comutação (switch-over), que o nó de arbitragem seria destinado apenas a cenários de disaster recovery e que a ausência de um cluster ativo/ativo violaria a necessidade de eliminar ponto único de falha. Com base nisso, busca impor a noção de que somente uma arquitetura ativo/ativo atenderia ao TR.

Entretanto, tal interpretação não encontra respaldo no Termo de Referência. O edital não exige, em nenhum momento, a utilização de cluster ativo/ativo nem a eliminação completa de eventuais tempos de troca de papel entre servidores. O TR exige apenas que haja um mecanismo de alta disponibilidade, a possibilidade de configuração redundante utilizando appliance adicional e que, em caso de falha de um dos componentes, o outro seja capaz de assumir as operações sem interrupção dos serviços. Trata-se, portanto, de uma exigência funcional — continuidade operacional — e não de uma exigência de arquitetura



PODER JUDICIÁRIO FEDERAL
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 9ª REGIÃO

específica. Não há imposição de topologias active-active, distributed cluster, multi-cluster ou quaisquer formatos específicos de HA. A argumentação da AIDC tenta transformar um requisito de resultado (assegurar a continuidade do serviço) em uma exigência de meio (uso obrigatório de cluster ativo/ativo), o que não é permitido e viola o princípio da vinculação ao instrumento convocatório.

Quanto à solução ofertada, verifica-se que a Huawei apresenta arquitetura composta por dois servidores principais, primário e secundário, ambos com todas as funções do NAC instaladas e operando com sincronização contínua em tempo real dos dados, complementados por um terceiro servidor que exerce a função de arbitragem. Em caso de falha do servidor principal, a solução executa automaticamente o switchover, promovendo a ativação imediata do servidor secundário e restabelecendo o serviço sem necessidade de intervenção manual. A documentação técnica fornecida pelo fabricante, inclusive nos links citados pela COMPWIRE, reforça que o mecanismo de proteção de dados e redundância de hardware permite comutação instantânea sem impacto detectável pela camada de aplicação, afirmando explicitamente que “the switchover does not affect services”. Assim, ainda que o fabricante utilize a nomenclatura “single-node mode” para se referir ao tipo de instalação, o que se vê, na prática, é um ambiente composto por dois servidores completamente instalados e sincronizados, em que apenas um está ativo em determinado momento, mas ambos operam como parte integrante da solução de alta disponibilidade.

A tentativa da recorrente de associar a expressão “single-node” à inexistência de alta disponibilidade carece de base técnica e ignora a arquitetura real descrita. A solução não opera com um único servidor isolado; ao contrário, dispõe de dois servidores aptos a assumir a carga de trabalho e um nó de arbitragem que garante a integridade do processo de failover. A presença do nó de arbitragem não descaracteriza a alta disponibilidade, tampouco transforma a solução em mero recurso de disaster recovery. Conforme documentado pelo fabricante, o nó de arbitragem atua precisamente para viabilizar a comutação automática em cenários de falha, assegurando continuidade operacional.

Adicionalmente, a recorrente sustenta que a existência de qualquer troca de papéis entre servidores implicaria violação da exigência de ausência de interrupção. Essa interpretação tampouco encontra respaldo no texto editalício, que não exige comutação sem nenhum atraso de microssegundos ou nanossegundos, mas sim que não haja interrupção perceptível, perda de serviço ou necessidade de intervenção humana. A documentação oficial da Huawei confirma que a solução cumpre essa finalidade, realizando o switchover de forma automática e transparente, preservando a continuidade das operações.

Diante do exposto, constata-se que a interpretação promovida pela empresa recorrente é distorcida e amplia indevidamente o escopo do Termo de Referência ao exigir arquitetura ativo/ativo, inexistência absoluta de comutação e mecanismos específicos que não foram previstos pelo TRT. A solução ofertada pela COMPWIRE atende plenamente ao que o edital exige: possui mecanismo de alta disponibilidade, permite configuração redundante com appliance virtual adicional, mantém todos os serviços replicados em servidor



PODER JUDICIÁRIO FEDERAL
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 9ª REGIÃO

secundário e assegura que este assuma a operação automaticamente em caso de falha, sem interrupção dos serviços. Portanto, não há qualquer descumprimento dos itens 17.13.1.6, 17.13.1.7 ou 17.13.1.8.

Assim, opina-se pelo indeferimento do recurso da empresa AIDC Tecnologia Ltda., com a manutenção da habilitação e classificação da proposta apresentada pela COMPWIRE.

Assunto: *Análise de Recurso Administrativo – Item 17.13.8.1 do Termo de Referência*

Processo: *PE nº 90022/2025*

Recorrente: *AIDC Tecnologia Ltda.*

Recorrida: *COMPWIRE Informática Ltda.*

Objeto: *Registro de Preços para eventual aquisição de switches LAN (acesso e topo de rack), módulos ópticos, plataforma de gerenciamento e solução de controle de acesso à rede (NAC), incluindo licenças, serviços de instalação, ativação, treinamento e suporte técnico especializado, bem como prestação de garantia técnica on-site pelo período de 60 (sessenta) meses para os switches de acesso, a plataforma de gerenciamento e o NAC, e de 36 (trinta e seis) meses para os switches topo de rack.*

A empresa AIDC questiona a conformidade da solução Huawei iMaster NCE-Campus com o item 17.13.8.1 do Termo de Referência, alegando ausência de integração funcional com firewalls de próxima geração (NGFW) dos fabricantes Check Point, Cisco, Fortinet e Palo Alto, bem como ausência de documentação específica para cada fabricante e supostos “testes laboratoriais” que teriam indicado incompatibilidades. Contudo, tais alegações não se sustentam tecnicamente, além de contrariarem o entendimento já firmado por esta equipe técnica no âmbito de diligência formal conduzida pelo próprio Tribunal, a qual concluiu pelo pleno atendimento do requisito pelo fornecedor.

Antes de tudo, é necessário esclarecer que o Termo de Referência não exige, em nenhum momento, a utilização de conectores proprietários, APIs exclusivas, plugins dedicados, certificações conjuntas ou mecanismos específicos de cada fabricante. O edital exige apenas que o NAC seja capaz de integrar-se funcionalmente aos NGFW elencados, suportando segmentação dinâmica, troca de informações e comunicação necessária para aplicação de políticas de segurança. A interpretação sugerida pela AIDC, no sentido de que haveria obrigatoriedade de conectores nativos para cada vendor (como User-ID, pxGrid, RSSO ou Identity Awareness), não encontra respaldo no texto editalício e representa clara extrapolção das exigências contratuais.

Em contraste com a tese levantada, a arquitetura Huawei iMaster NCE-Campus implementa integração com NGFW por meio de padrões abertos amplamente adotados no mercado, incluindo os protocolos AAA RADIUS, RADIUS Accounting, CoA (Change of Authorization) e DM (Dynamic Authorization). Esses mecanismos constituem precisamente



PODER JUDICIÁRIO FEDERAL
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 9ª REGIÃO

a base técnica de interoperabilidade entre NAC e firewalls utilizada pelos fabricantes mencionados, permitindo que o firewall receba informações de autenticação e contexto para a aplicação de políticas dinâmicas de segurança. Trata-se, portanto, de integração plenamente compatível com o que o TR solicita.

Além disso, há evidências públicas de que os firewalls Check Point, Fortinet, Cisco e Palo Alto suportam nativamente o recebimento de informações de identidade e contexto via RADIUS Accounting — mecanismo que se articula de forma direta com a arquitetura Huawei. Firewalls Check Point, por exemplo, admitem fontes de identidade via RADIUS Accounting no módulo Identity Awareness. A Fortinet, por sua vez, documenta detalhadamente a integração via RSSO baseada em RADIUS, e há inclusive discussão em fórum oficial da fabricante confirmando a interoperabilidade com a solução Huawei. Cisco NGFW também suporta coleta de identidade via RADIUS Accounting, além de o próprio iMaster NCE-Campus, em versões mais recentes, oferecer suporte a pxGrid, ampliando ainda mais a interoperabilidade. Palo Alto Networks, por sua vez, aceita identidade via User-ID alimentada por fontes como RADIUS Accounting e utiliza essas informações para aplicar políticas dinâmicas associadas a usuários e grupos. Tudo isso evidencia que o modelo de integração adotado pelo Huawei iMaster NCE-Campus está alinhado ao padrão aceito por todos os fabricantes citados no edital.

Cumprir observar que a Compwire apresentou documentação adequada, incluindo manuais oficiais, materiais técnicos e declaração formal da Huawei atestando a conformidade da solução com os requisitos do Termo de Referência. Resta claro, assim, que a integração funcional ocorre por meio de protocolos abertos amplamente suportados e não depende de mecanismos proprietários, tampouco de templates específicos por fabricante — exigências inexistentes no edital.

Quanto aos “testes laboratoriais” mencionados pela AIDC, verifica-se total ausência de metodologia, rastreabilidade ou documentação que permita avaliar seu conteúdo técnico. Não há descrição de ambiente, topologia, versões de firmware, parâmetros utilizados, equipamentos empregados ou quaisquer evidências verificáveis, como logs, capturas de pacotes ou resultados comparativos. Sem esses elementos mínimos de aferição, trata-se de alegação genérica, sem qualquer valor técnico, incapaz de infirmar tanto a documentação apresentada pelo fabricante quanto a diligência já realizada por este Tribunal, que reconheceu expressamente o atendimento ao item 17.13.8.1.

*Diante desse cenário, conclui-se que a solução Huawei iMaster NCE-Campus **atende integralmente** ao requisito de integração com firewalls NGFW previsto no Termo de Referência, cumprindo a exigência de segmentação dinâmica, troca de informações e compatibilidade com os fabricantes especificados. A tentativa da AIDC de reabrir discussão sobre ponto já esclarecido e validado carece de fundamento técnico e jurídico, sendo improcedente. Assim, não há motivo para acolher o questionamento.*



PODER JUDICIÁRIO FEDERAL
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 9ª REGIÃO

Adoto, integralmente, como fundamentos desta decisão administrativa, as conclusões da análise técnica da equipe da Secretaria de Tecnologia da Informação, acima transcrita, com fundamento no art. 50, § 1º, da Lei nº. 9.784,1999 (*"§ 1o A motivação deve ser explícita, clara e congruente, podendo consistir em declaração de concordância com fundamentos de anteriores pareceres, informações, decisões ou propostas, que, neste caso, serão parte integrante do ato"*)

CONCLUSÃO

Face ao exposto, considerando os princípios da legalidade, vinculação ao instrumento convocatório, razoabilidade, eficiência e seleção da proposta mais vantajosa, **NEGO PROVIMENTO** aos argumentos apresentados pela empresa **AIDC TECNOLOGIA LTDA.** e mantenho a decisão que declarou vencedora a empresa licitante **COMPWIRE INFORMÁTICA LTDA.**

Alexandro Furquim
Pregoeiro

De acordo:

Paulo Celso Gerva
Diretor da Secretaria de Licitações e Contratos